

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.464 - SP (2019/0249618-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **MARCOS GOSCOMB**  
**ADVOGADO** : **MARCOS GOSCOMB (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP033146**  
**AGRAVADO** : **ANTONIO RICHARD STECCA BUENO**  
**ADVOGADO** : **SAMIRA DE CÁSSIA FARIA - SP231058**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA HONORÁRIA COM CARÁTER ALIMENTAR. AFASTA O EFEITO SUSPENSIVO DA APELAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por MARCOS GOSCOMB, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 1.245):

Cumprimento provisório do julgado. Cobrança de honorários advocatícios. Impugnação. Decisão insurgida que rejeita a impugnação, consignando a regra do art. 1012, § 1º, II, do CPC, que trata do efeito devolutivo da apelação. Verba honorária de caráter alimentar, mas que não se confunde com prestação de alimentos para afastar o efeito suspensivo. Cumprimento provisório obstado. Recurso provido. Está demonstrado que foi iniciado cumprimento provisório de sentença e que o executado apresentou impugnação, alegando o não cabimento, diante do efeito suspensivo da apelação. Nestes moldes, não cabe falar em preclusão, até porque o exame de admissibilidade do recurso é do Tribunal. A apelação é, em regra, dotada de efeito suspensivo (art. 1012, CPC), sendo as exceções previstas na lei, dentre elas aquela que trata da condenação ao pagamento de alimentos (§ 1º, II, do dispositivo), ou seja, relativas ao pagamento de prestação alimentícia, relacionadas ao direito de família (art. 1694, do CC) não equiparável a valores de honorários advocatícios. Assim sendo, não cabe interpretação extensiva a ensejar o cumprimento provisório.

Os embargos de declaração foram rejeitados, conforme se verifica da seguinte ementa (e-STJ, fl. 1.260):

Embargos de declaração de ambas as partes. Honorários advocatícios. Omissão. Ocorrência. Inversão do julgado. Cabimento. Impugnação acolhida. Precedente do C. STJ. Alegação de interpretação extensiva da expressão prestação alimentícia. Não cabimento. Matéria examinada com fundamentos necessários. Embargos do agravante providos, rejeitados os do agravado. Com a alteração do julgado, acolhida a impugnação ao cumprimento provisório, comporta fixação da verba honorária, observando-se precedentes do C. STJ. Diante dos parâmetros definidos nos parágrafos 2º e 8º do artigo 85, do CPC deve a verba ser fixada em R\$ 3.000,00. A interpretação acerca da regra do art. 1012, § 1º, II, do CPC foi explanada, pois é expreso o termo "condena a pagar alimentos", relacionado ao direito de família, não compreendendo a verba honorária, embora de caráter alimentar.

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 1.278-1.287), o agravante alegou violação aos arts. 85, § 14, e 1.012, § 1º, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em síntese, que os honorários advocatícios possuem natureza alimentar, dessa forma, não há efeito suspensivo na apelação, sendo os seus efeitos imediatos.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando o insurgente a interpor o presente agravo.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 1.310-1.315).

Brevemente relatado, decido.

De plano, vale pontuar que os recursos em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Com relação ao efeito suspensivo da apelação, o Tribunal de origem consignou o seguinte (e-STJ, fls. 1.246-1.247):

E, como posto na análise liminar, a exceção prevista no § 1º, inciso II do art. 1012, não se refere às verbas de natureza alimentar, mas

apenas aquelas relativas ao pagamento de prestação alimentícia que significa a sobrevivência do alimentando, relacionadas ao direito de família (art. 1694, do CC) não equiparável a valores de honorários advocatícios. Assim sendo, não cabe interpretação extensiva a ensejar o procedimento de cumprimento provisório da sentença.

Ou seja, não se confunde natureza alimentar da verba honorária de sucumbência com condenação a pagar alimentos (art. 1.012, § 1º, II do CPC).

Do exposto acima, verifica-se que o acórdão recorrido não está em harmonia com a jurisprudência desta Corte de Justiça, no sentido de que “a referência ao gênero prestação alimentícia alcança os honorários advocatícios, assim como os honorários de outros profissionais liberais e, também, a pensão alimentícia, que são espécies daquele gênero” (AgInt no REsp 1.732.927/DF, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 12/02/2019, DJe 22/03/2019).

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR. PENHORABILIDADE DA REMUNERAÇÃO DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. O Superior Tribunal de Justiça, em linhas gerais, tem dado interpretação extensiva à expressão prestação alimentícia constante do § 2º do artigo 649 do Código de Processo Civil de 1973, afastando a impenhorabilidade de salários e vencimentos nos casos de pagamento de prestações alimentícias lato sensu, englobando prestação de alimentos stricto sensu e outras verbas de natureza alimentar, como os honorários advocatícios contratuais e sucumbenciais. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1093557/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017)

Assim, encontrando-se a decisão estadual em dissonância ao entendimento deste STJ, de rigor a reforma do acórdão quanto ao ponto.

Diante do exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de determinar o cumprimento provisório da sentença.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator